

VILAS RURAIS: UMA NOVA MANEIRA DE CONCEBER A RELAÇÃO CAMPO - CIDADE

Ederval Everson BATISTA¹

Resumo: Neste artigo, pretende-se analisar um novo modelo de acesso à terra implantado no Estado do Paraná no ano de 1995 pelo então governador Jaime Lerner e suas implicações no espaço rural paranaense, principalmente em relação à dualidade campo/cidade. O objetivo do programa, segundo dados oficiais de seus idealizadores, era melhorar as condições de vida das famílias dos bóias-frias, proporcionando seu retorno ao campo em um lote de 5000 m². No total, foram criadas 404 vilas rurais em praticamente todos os municípios do estado do Paraná contemplando 15.652 famílias. Para que estivessem aptas a serem vileiras, eram necessários alguns requisitos. Todo o levantamento dos requisitos era realizado por um quadro técnico composto por profissionais do governo do Estado e dos municípios que faziam a seleção das famílias que iriam ser contempladas. Os lotes poderiam ser pagos em 25 anos em prestações mensais que giram em torno de 20% de um salário mínimo. A questão da localização é fundamental para a permanência das pessoas nas vilas rurais, pois, perto do perímetro urbano fica mais fácil conseguir um emprego ou mesmo serviço. Já as que se localizam no espaço rural, têm um dificultador, pois a grande maioria das atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades patronais, que geralmente trabalham com o agronegócio produzindo *commodities*, são poupadoras de mão-de-obra, o que acaba dificultando a sobrevivência no lote. Também a criação das vilas rurais suscitou o debate sobre a relação campo – cidade / urbano – rural, pois, pelo tamanho do lote o mesmo não pode ser tributado como rural e cobrado o Imposto Territorial Rural (ITR) e, também, na maioria dos casos o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), pois se localizam fora da

¹ Doutorando em Geografia pela UNESP, Campus de Presidente Prudente. Endereço eletrônico: ederval@d@bol.com.br

área do perímetro urbano, não se enquadrando, assim, em nenhuma forma de tributação quer seja ela rural ou urbana.

Palavras-Chave: relação campo&cidade, bóias-frias, modernização agrícola, crise agrária e vilas rurais.

Resumen: En este artículo se propone hacer un análisis de un nuevo modelo de acceso a la tierra en el estado de Paraná en el año de 1995 por el Gobernador Jaime Lerner y sus implicaciones en el espacio rural de dicho estado, principalmente en relación a la dicotomía campo ciudad. El objetivo del programa, según datos oficiales de sus idealizadores, consistía en la mejora de las condiciones de vida de las familias de los peones de campo, proporcionando su regreso al campo en un pedazo de tierra de 5000 m². Los trozos de tierra podrían ser pagados en 25 años, en prestaciones mensuales alrededor del 20% del salario mínimo. La cuestión de la localización es fundamental para la permanencia de las personas en las villas rurales, pues vivir cerca del perímetro urbano les hace más fácil lograr un empleo o mismo un servicio. Ya las ubicadas en el espacio rural poseen ciertas dificultades, pues la gran mayoría de las actividades agrícolas desarrolladas en las propiedades patronales, que generalmente trabajan con el agronegocio produciendo *commodities*, ahorran mano de obra, lo que dificulta la supervivencia en la tierra. De la misma manera, la creación de las villas rurales suscitó el debate sobre la relación campo ciudad / urbano rural, porque por el tamaño de la tierra, ella no puede ser tributada como rural y no se le puede cobrar el Impuesto Territorial Rural (ITR) y, también, en la mayoría de los casos, el Impuesto Predial Territorial Urbano (IPTU), ya que se localizan fuera del área del perímetro urbano. Así, las 'villas rurales' no se encuadran en ninguna forma de tributación, sea rural, sea urbana.

Palabras-Clave: relación campo ciudad, peones de campo, actividades agrícolas.

1 – INTRODUÇÃO: A DICOTOMIA CAMPO - CIDADE OU RURAL - URBANO

O Brasil foi, eminentemente, um país agrícola até a segunda metade do século XX. Com isso, a maioria de sua população residia e trabalhava no meio rural. Neste período eram marcantes certas especificidades que caracterizavam o espaço rural. As famílias eram numerosas para dar conta das atribuições exigidas para a reprodução da unidade familiar, pois, a mecanização era pouca utilizada e o que predominava era à força de trabalho dos integrantes da família; muitas famílias concentravam-se num mesmo espaço (propriedade ou não) para conseguir produzir os produtos que as mesmas consumiam. Até o ano de 1963 não existiam Leis que permitiam a reprodução do grupo familiar enquanto trabalhadores rurais em harmonia com os proprietários de terras. Estes fatores propiciavam as condições para que o país fosse considerado rural e agrícola.

No entanto, a agricultura como vinha sendo praticada já não conseguia manter a balança comercial brasileira com superávit, fato esse que sinalizava a necessidade urgente de mudanças na forma de gestão do campo. O contraste entre os dois meios era muito grande. O urbano logo absorvia as novas técnicas e instrumentos, enquanto o meio rural permanecia tradicional e arcaico. As mudanças foram implantadas com a modernização na agricultura brasileira, principalmente a partir da década de 1960, primeiramente nos estados do Centro Sul.

O progresso técnico na produção agropecuária levou a uma simplificação das tarefas agrícolas. Com as operações mecanizadas os estabelecimentos que antes necessitavam de famílias numerosas para dar conta das várias tarefas no dia-a dia da agricultura passaram a necessitar de cada vez menos pessoas.

A modernização praticamente do dia para a noite, arrancou do campo uma considerável parcela da população rural que não mais conseguia trabalho devido à entrada das máquinas no campo. Esta população não teve outra saída a não ser migrar para as periferias dos grandes centros à procura do emprego que não existia nas cidades em condições de garantir a ocupação para todos.

As mudanças eram fundamentais para fazer com que a agricultura se tornasse competitiva e também uma área de expansão para o capitalismo. Contudo, no caso brasileiro, o processo ocorreu rápido demais. A cidade não era capaz de proporcionar uma condição de vida semelhante para a totalidade de migrantes que passaram a buscar nos centros urbanos sua reprodução. Um dos maiores êxodos rurais do mundo iniciou-se com a modernização e causou uma grande disparidade entre os seus habitantes.

Devido a grande extensão do território nacional, as mudanças não ocorreram uniformemente no tempo e no espaço. Com a diversidade e, até mesmo com a não totalidade de absorção por parte do capital de todos os trabalhadores, fato este também responsável pela sua reprodução, uma parte significativa da população brasileira (aproximadamente 20%) ainda permaneceu no meio rural.

No entanto, passou a haver uma enorme diferença entre o rural voltado para a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, este quase sempre tendo a pequena propriedade e o trabalho familiar como base, e o rural que produz alimentos e matérias primas destinados à exportação, esta na sua quase totalidade operacionalizada pela agricultura patronal ou agronegócio.

Desta forma, “se no passado os processos se davam numa sociedade agrária, em que a cidade era subordinada ao campo, atualmente tem lugar uma sociedade cada vez mais marcada por caracteres urbanos, onde a cidade tende cada vez mais a dominar o campo” (Queiroz, 1979 p.175), denotando, assim, que as relações campo-cidade no Brasil são atualmente muito mais complexas e ricas do que no passado.

A partir de meados da década de 1980, segundo (Graziano da Silva, 2002) “assistimos ao surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos”. Segundo as estimativas, o número de trabalhadores rurais e famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas vêm decrescendo rapidamente, acompanhado por um crescimento de trabalhadores rurais e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas.

Esta complexidade é entendida por (Graziano da Silva, 2002), como o “novo rural” brasileiro. Há de se ressaltar, no entanto, que este novo rural não é desenvolvido em todo o território nacional, sobretudo pelas suas diversidades. Pode-se dizer que as atividades que caracterizam este “novo rural” tendem a ser desenvolvidas nas proximidades das grandes cidades, sobretudo pelas suas especificidades.

2 – O ESPAÇO RURAL MUITO ALÉM DO AGRÍCOLA

As mudanças introduzidas no meio rural, principalmente as que dizem respeito à forma de se produzir (agrícola), somada as pendências agrárias ainda não resolvidas, passaram a ser apenas uma das facetas existentes no espaço rural brasileiro. Apesar das especificidades ainda muito vivas e presentes na agricultura do Brasil, assim como em boa parte dos países em desenvolvimento e que possuem em seu setor primário parte significativa de sua balança comercial, as relações de trabalho para este setor estão passando por profundas mudanças.

Na atualidade, já não se pode caracterizar o meio rural somente como agrícola. “O comportamento do emprego no meio rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro”. (Caiado, 2003).

Esta é uma tendência que vem ocorrendo rapidamente nos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, segundo Abramovay (2000), no ano de 1991 havia 1,6 milhões de domicílios agrícolas e 23 milhões de domicílios rurais não-agrícolas. Em outras palavras, 93% dos domicílios rurais norte americanos não eram unidades de produção agropecuária. Dados semelhantes foram encontrados pelo mesmo autor na França, país europeu com forte aptidão agrícola, onde 90% dos domicílios em espaço de predominância rural não contam com nenhum trabalhador agrícola. Os dados demonstram uma nova tendência que vem ocorrendo: apesar do declínio da agricultura o tecido social do meio rural mantém-se vivo e sua trama é enriquecida pelo desenvolvimento de novas atividades, ou seja, o trabalho não-agrícola

crece mais que o agrícola no meio rural, sendo, desta forma, o meio rural na Europa visto cada vez menos como espaço fundamentalmente produtivo e sim com múltiplas possibilidades.

Já para o caso brasileiro, os estudos coordenados por Graziano da Silva (2002) demonstram também que o que manteve as pessoas no campo brasileiro não foram somente as atividades agropecuárias, mas, também, as ocupações não-agrícolas, pois, cerca de 1,5 milhões de pessoas residentes em áreas rurais encontraram novos postos de trabalho em ocupações não-agrícolas entre 1981 e 1999. Nesse processo,

A produção agrícola, cada vez mais mecanizada e poupadora de mão-de-obra passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais, sendo que no ano de 1998, o total das rendas não-agrícolas já ultrapassava o montante das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais. Isso significa essencialmente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural no final dos anos de 1990. (Graziano da Silva, 2002 p.45).

Desta maneira, acompanhando o raciocínio da citação e com base nos dados apresentados, pode-se dizer que, se no passado as pessoas que deixavam a atividade agrícola também deixava o campo, a partir dos anos de 1990, uma boa parte dessa população não mais imigrava para as cidades, buscando uma outra forma de emprego no próprio meio rural, principalmente em áreas rurais próximas e integradas a grandes centros metropolitanos.

Foi nessas áreas, ao entorno dos grandes centros, considerada também como área de transição urbano-rural (Quevedo Neto, 2006) que as pessoas passaram a buscar o rural como ambiente para o lazer e recreação e também para a fuga dos problemas da vida urbana, investindo em chácaras de finais de semana, hotéis-fazenda áreas com pesque-pague e coisas do gênero. Estas funções são denominadas por Eli da Veiga (2004) como “práticas multifuncionais”, ou seja, novas demandas sociais que vão dos saudáveis alimentos às diversas formas de lazer ao ar livre, passando pela natureza da água potável ou pela beleza das paisagens naturais, ou seja, cada vez mais é buscado no espaço rural um “lugar de vida”, (Kageyama, 1998), em vez de apenas

espaço de produção. A esse respeito, Wanderley (2001) tem opinião parecida quando diz que “um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”.

Paralelamente o homem do campo deixa de ter uma atividade fixa e começa a se configurar como um trabalhador em tempo parcial², que não mais se ocupa de tarefas exclusivamente rurais, tornando-se um trabalhador pluriativo.

A busca de outras formas de conseguir melhorar o rendimento da família no meio rural levou muitos agricultores, inicialmente nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a buscarem na pluriatividade³ uma complementação da renda familiar. O modelo é desenvolvido com sucesso na Serra Gaúcha, onde as fábricas ou indústrias estão instaladas no meio rural (principalmente de calçados) possibilitando que membros das famílias residentes no campo além das atividades agropecuárias também desenvolvam outras atividades, o que acaba ajudando na obtenção de uma maior renda para a família.

O mesmo modelo também foi desenvolvido em Santa Catarina, onde a indústria têxtil contribuiu para gerar uma outra fonte de emprego para os colonos que se estabeleceram na região do Vale do Itajaí.

Cabe ainda ressaltar que existem formas capitalistas e não capitalistas de atividades pluriativas. No caso das indústrias coureiro-calçadistas no RS a reprodução do capital se faz através da recriação de formas não capitalistas de produção e trabalho, pois não há o vínculo empregatício com a indústria. Já há casos em que ocorre a simbiose e o trabalhador é ao mesmo tempo um assalariado da indústria, mas mantém-se como proprietário rural.

Estas atividades fizeram com que alguns municípios predominantemente rurais (Feliz – RS, Indaial – SC, Parai – RS, Gasparm

² Agricultor em tempo parcial é todo aquele que sistematicamente emprega parte de seu tempo e do de sua família nas lides agrícolas, auferindo alguma renda, quase sempre inferior àquela que regularmente retira de uma outra atividade profissional ou econômica. (Kageyama In Marcondes, 1962, p. 31)

³ O termo pluriatividade não é um conceito, mas apenas uma noção empírica que corresponde às situações em que a família agrícola não obtém a totalidade de suas rendas da produção agrária primária nem tampouco dedica à totalidade de seus recursos. Relaciona-se com diversificação de atividades, geralmente em mercados não-agrícolas. (Kageyama, 1998). Já para Schneider (1999), pluriatividade, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

– SC, Videira – SC e Timbó – SC) aparecessem entre os dez mais bem colocados municípios em relação ao IDH brasileiro, (Tavares, 2003).

Em geral, segundo dados apresentados por Graziano da Silva (2002), as famílias agrícolas têm sempre uma renda média *per capita* inferior à das pluriativas. As famílias rurais não-agrícolas têm uma renda *per capita* que é quase o dobro da renda das famílias agrícolas e muito superiores também à das pluriativas, estando às rendas das atividades agropecuárias – particularmente das famílias rurais – entre as menores do país.

Um bom exemplo para se obter o desenvolvimento rural foi adotado na Itália. Propiciou a permanência do homem no meio rural ou em cidades de pequeno porte, através da industrialização difusa, ou seja, a instalação de indústria no meio rural para garantir emprego para as pessoas que não precisavam migrar para um grande centro, possibilitando desta forma uma redução da distância social entre os cidadãos rurais e urbanos. As políticas públicas são fundamentais para a eliminação da pobreza no meio rural, sendo que, o maior objetivo deve ser o de “melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, tendo como meta o pleno exercício da cidadania”. (Graziano da Silva, 2002).

Desta forma, já não se pode pensar o meio rural apenas por sua produção agrícola, pois, o mesmo deixará de ter como função exclusiva a produção agrícola, passando segundo Schneider (1999), a “ser um espaço polissêmico em que coexistam atividades econômicas de natureza diversa como a própria agricultura, o comércio, o turismo rural, o ambientalismo, a lazer, entre outros”.

No continente europeu as novas formas na qual se apresentam o espaço rural, ou a ruralidade, têm levado à condução de políticas de desenvolvimento com uma lógica territorial em vez de setorial. Novas formas de relação entre o homem e o território vão surgindo onde as necessidades da produção agrícola são apenas um componente e cada vez menos importante na utilização do espaço, ou segundo Eli da Veiga (2004), está ocorrendo “um renascimento rural”.

No Brasil ainda são isolados os pontos, caracterizando verdadeiras “ilhas” onde o espaço rural pode ser compreendido como um local capaz de propiciar não só a manutenção da vida, mas também o “desenvolvimento social” para uma parcela das pessoas que conseguiram permanecer ou adquirir propriedades neste espaço. Isto geralmente ocorre

nas áreas próximas das grandes cidades ou nas já citadas zonas de transição, onde a proximidade e o acesso fácil permitem a alguns “desfrutar o melhor dos dois mundos” (Quevedo Neto, 2006), buscando um ambiente mais saudável para o crescimento dos filhos.

No entanto, devido às especificidades próprias do meio rural brasileiro, o mesmo é percebido como um espaço diferenciado, onde a maioria de seu território continua tendo somente a atividade agrícola como a única forma de emprego, fato este que acaba contribuindo para a migração para as cidades.

Tomando como exemplo o Estado do Paraná, “no período de 1991 – 2000, dos 399 municípios do Estado, 318 ou 80% tinham menos de 20 mil habitantes, nos quais se concentram 26,9% da população, correspondendo a 62% da população rural do Estado”, (Tavares, 2003). Já há casos em que o nível de urbanização, mesmo em municípios com uma área superior a dois mil quilômetros quadrados - Londrina serve bem como exemplo, pois tem dados semelhantes a países como a Holanda, Bélgica, Luxemburgo, nações nas quais praticamente foi extinta a população rural -, a porcentagem de pessoas que continuam no meio rural é de menos de 3%. Este percentual só não é menor porque a partir do ano de 2000 ocorreu a construção de cinco vilas rurais no meio rural do município (distrito de Lerroville 46 unidades, distrito de Irerê 80 unidades, distrito de Paiquerê 47 unidades, distrito de Guaravera 54 unidades e no Patrimônio de Guairacá com 28 unidades). Isto propiciou a permanência de 255 famílias no meio rural, vivendo nas vilas rurais, o que representa aproximadamente 10% da população rural londrinense. Sem contar ainda que o lote, pelo seu tamanho, possibilita a construção de outras moradias, sendo comum os filhos que vão contraindo matrimônio irem construindo suas casas no próprio lote, afim de não terem que pagar aluguel. Isso acontece nas vilas rurais próximas a sede do município ou até mesmo dos distritos, onde se torna mais fácil a busca por um emprego não-agrícola.

3 – O PROJETO DAS VILAS RURAIS: RURAIS NO NOME, URBANO NA ESSÊNCIA

O projeto Vilas Rurais foi concebido no ano de 1994 como plataforma política do candidato a governador do Estado do Paraná,

Sr. Jaime Lerner⁴, tendo como modelo a experiência implantada na cidade de Curitiba de duas vilas como parte do Projeto Rurbanas. Curitiba, aliás, apresenta segundo Tavares (2003), algumas especificidades, pois, “desde 1980 o município não tem espaço rural, pois, todo seu território faz parte do perímetro urbano. No entanto, O censo agropecuário 1995/96 identificou 56 estabelecimentos agropecuários, com intensa atividade”.

O projeto, iniciado no ano de 1995 com financiamento do Banco Mundial e do governo do Estado, previa o assentamento de 20.000 famílias de trabalhadores volantes (bóias-frias), que constituíam a mão-de-obra da agricultura paranaense. Finalizado o projeto, foram assentadas 15652 famílias em 404 vilas rurais distribuídas por quase todos os municípios paranaenses. Segundo Ponte, 2002 “as vilas rurais surgiram como políticas paliativas e serviam para a formação de reserva de mão-de-obra e que vinham ao encontro com as necessidades do capital”.

As vilas rurais seriam construídas junto a distritos ou estradas vicinais, o que facilitaria o acesso à escola bem como também ao serviço médico e também a bens de consumo e serviços. A construção próxima a equipamentos já existentes evitaria novos investimentos.

O que determinaria o tamanho de cada vila rural seria a demanda levantada pela prefeitura municipal bem como o tamanho da área adquirida pela mesma. No entanto nenhuma vila possui mais de 100 unidades.

Cada lote possui uma área de 5.000 metros quadrados e uma casa de 44,5 m² toda ela construída em alvenaria. Também possui uma infra-estrutura mínima, ou seja, água encanada e luz elétrica. Em relação à água, as que foram construídas próximas a distritos ou até mesmo da sede municipal utilizam água encanada da própria rede, o que acaba inviabilizando a utilização da irrigação, já as mais afastadas, foram dotadas de poços artesianos.

Para a seleção das famílias que estariam aptas a serem contempladas, foram mobilizados técnicos de algumas secretarias estaduais que coordenaram o programa juntamente com as prefeituras municipais.

⁴ O Sr. Jaime Lerner foi governador do Estado do Paraná durante dois mandatos consecutivos, 1995 a 1998 e 1999 a 2002.

Para poder ser contemplado com um lote em uma vila rural se fazia necessário atender a certos requisitos, tais como: “ser trabalhador rural volante (bóia-fria); ter experiência agropecuária; idade máxima 55 anos; ser morador do município há mais de 2 anos; não possuir imóveis em seu nome; possuir renda familiar de até 3 salários mínimos por mês e ter família constituída com filhos, entre outros”, (site www.pr.gov.br). Para averiguar se as informações repassadas pelos pretendentes eram verdadeiras, eram realizadas visitas, principalmente pelas assistentes sociais, ao local de moradia que permitiam analisar as condições de vida de cada família e sua aptidão para o trabalho no campo.

A compra do terreno ficava a cargo das prefeituras municipais. A recomendação era de que fossem consideradas normas técnicas e legais, procurando-se escolher uma topografia com terrenos planos. No entanto, basta percorrer o Estado para perceber que este critério não foi contemplado, pois na escolha entrou a decisão do prefeito e de outras pessoas que faziam questão de que o terreno fosse esse e não aquele. Isto fez com que haja vilas rurais em terrenos com alto grau de declividade.

Outro fator que acabou inviabilizando as vilas rurais, além da pouca quantidade de terra, para até mesmo garantir a subsistência das famílias envolvidas no programa, dependendo da região do Estado onde as mesmas são implantadas, diz respeito aos solos. Dependendo da localização, e não são poucos os casos em que isto ocorre, os solos são arenosos, degradados pela erosão, não adequados para cultivo e sem profundidade. Oliveira, (2002) cita o caso da Vila Rural Princesa dos Campos, no município de Ponta Grossa, onde “a área comprada pela prefeitura municipal faz parte da pior porção da gleba”.

Ao assumirem a posse do lote, os custos são repassados aos viliários que assumem um financiamento a ser quitado em 25 anos, com um prazo de carência de 30 meses. Transcorrido este período inicia-se o pagamento das prestações mensais que deverá girar em torno de 20% de um salário mínimo vigente, para que, posteriormente, possam receber o título de proprietário da terra.

O grande problema criado por esta “nova ruralidade” diz respeito ao tamanho da propriedade (5000m²). Pela atual legislação brasileira no tocante ao tamanho mínimo de uma propriedade agrícola (20.000 m²), as vilas rurais não poderão jamais ser reconhecidas como área

rural, já que está abaixo do módulo mínimo exigido pelo INCRA, o que propicia a cobrança do ITR, calculado em ha. No entanto a tributação como imóvel urbano IPTU e conseqüentemente em m², acabaria elevando consideravelmente seus custos e impossibilitaria os vileiros de receberem o título de posse como proprietário rural.

Para tentar solucionar o problema, o Governo do Estado propôs a transformação das vilas rurais em vilas urbanas. Este fato acarretaria sérios prejuízos para os vileiros, pois o lote passaria a ser tributado em m², o que certamente inviabilizaria a permanência no lote, pois não conseguiriam sequer pagar os impostos e não mais poderiam tirar nota como produtor rural, fato este indispensável quando da aposentadoria. Também passariam a pagar bem mais caro pelas contas de água e energia elétrica.

Este imbróglio ainda esta por ser resolvido, pois, nem os vileiros nem os prefeitos aceitam que as vilas sejam transformadas em espaços urbanos. As prefeituras teriam que arcar com uma série de benfeitorias existentes no perímetro urbano as quais os moradores das vilas rurais transformadas em urbanas passariam ter direito.

A localização das vilas também é um fator determinante para a permanência das pessoas que lá residem. Quando foram instaladas próximas aos centros urbanos, sejam sedes dos municípios, de distritos ou às margens de alguma rodovia, fatos estes que propiciam a locomoção para trabalhos fora do lote, as famílias tendem a permanecer, pela maior facilidade em se empregarem em empregos não-agrícolas. Já em casos em que a vila rural foi instalada em regiões desprovidas das infra-estruturas citadas acima, a permanência se torna quase impossível. Como a produção obtida nos lotes não é suficiente nem para o auto-consumo, se faz necessário à complementação da renda familiar com trabalhos desenvolvidos fora do lote. Como a agricultura hoje é quase toda mecanizada, fica difícil arrumar serviço nas propriedades localizadas no entorno da vila rural e, sem emprego ou mesmo serviço, não resta outra possibilidade senão “vender o lote” e ir para a cidade.

Deste modo, as vilas rurais localizadas próximas a locais que permitem o deslocamento das pessoas que necessitam buscar outras atividades externas ao lote para auferir rendimentos é constante. Assim sendo, Ponte, 2002, p.116 diz que “a pluriatividade é para os vileiros uma estratégia de sobrevivência, pois somente com a produção obtida no lote não conseguiriam a renda necessária para sua reprodução”.

Este fato, porém, não é pertinente apenas à realidade das vilas rurais ou mesmo do campo paranaense. Kageyama, 1998, assim se manifesta em relação à absorção de membros familiares que precisam buscar empregos fora da propriedade:

Uma família rural agrícola que tenha membros em idade ativa disponível e qualificados para certos trabalhos não-agrícolas não basta, obviamente, para desencadear um processo de pluriatividade; é preciso que seu entorno, ou na sua localidade, ou na cidade próxima haja um mercado de trabalho apto a absorver sua força de trabalho.

Como o projeto vilas rurais era um projeto de Governo – colocado em prática pelo governador Jaime Lerner, (1995 – 2002) - e não de Estado, um fator que contribuiu para aumentar as dificuldades dos vileiros diz respeito à assistência técnica. Enquanto Jaime Lerner administrou o Estado do Paraná, houve uma maior atenção dos técnicos da EMATER para com as vilas rurais, ficando os demais pequenos proprietários a margem. Com a mudança de governo no ano de 2003, as vilas rurais foram praticamente esquecidas pelos técnicos, pois não houve contratação para suprir a demanda, voltando a ter prioridade os pequenos proprietários geralmente vinculados a algum projeto do Programa Paraná 12 meses⁵.

Estas dificuldades têm contrariado um dos principais objetivos do projeto, que era de combater a pobreza e melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais e de suas famílias, buscando mantê-los no meio rural. Em alguns municípios onde, devido a fatores como a localização das vilas rurais a busca de outras fontes de renda através de serviços fora do próprio lote também é difícil, é freqüente a busca de ajuda nas Secretarias de Ação Social por cestas básicas, contrariando os objetivos do projeto, pois, se antes esta população estava concentrada nas periferias das cidades, agora foram “jogados para longe das cidades”, (Oliveira, 2002).

⁵ O programa Paraná 12 meses é um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade que propicie ganhos durante os 12 meses do ano. (informações obtidas no site www.seab.pr.gov.br/pr12meses).

Pelos critérios estabelecidos pelas Secretarias do Estado responsáveis pela seleção dos que viriam a se tornar vileiros, a quase exclusividade era dada aos bóias-frias, negligenciando outras formas de trabalhadores rurais como os posseiros, parceiros arrendatários, etc, que também necessitam de políticas públicas que propiciem condições para sua sobrevivência no campo, uma vez que estes nunca saíram do meio rural e sempre buscaram alternativas no próprio meio rural para se manterem. Já muitos bóias-frias, acostumados a vender sua força de trabalho, acabaram “vendendo” o lote e retornando para a periferia das cidades, onde com o dinheiro da venda do lote da vila rural acabaram comprando uma “casinha”, coisa que antes não tinham.

Este fato pode ser comprovado na Vila Rural Santa Izabel, no distrito de Lerroville, uma das cinco vilas construídas no Município de Londrina onde, dos 46 lotes 12 já foram “vendidos”. Apesar dos órgãos Estaduais não permitirem a “venda”, isso ocorre tranquilamente. Interessante é saber a origem das pessoas que adquirem o lote. Dos doze comercializados na vila rural Santa Izabel, existem funcionários públicos aposentados, comerciantes que adquiriram para fazer do lote um espaço de lazer nos finais de semana, cidadãos já aposentados e com idade avançada que buscam tranquilidade e também parceiros e arrendatários de café, que procuram um local mais próximo ao distrito para geralmente poderem estudar os filhos, sem com isso terem que morar distante da sede distrital, mantendo assim os costumes nos quais sempre foram criados.

Desta forma, podemos notar que o projeto de vilas rurais tinha muitos objetivos, mas somente foi capaz de resolver o relacionado à moradia. Se anteriormente as famílias selecionadas residiam em barracos nas periferias das cidades pagando um aluguel que acabava tirando parte significativa dos rendimentos que haviam ganhado enquanto trabalhadores rurais, na vila rural a prestação é pequena (Vinte e sete reais mensais é o que pagam os vileiros da Vila Rural Santa Izabel), sem contar que a energia elétrica é cobrada como sendo rural, portanto mais barata e, estes fatores acabam diminuindo o custo de vida das famílias que residem nas vilas rurais, em relação as semelhantes que moram nas cidades.

Como as vilas rurais tiveram público alvo os bóias-frias, que na sua quase totalidade já habitavam as periferias de suas cidades de origem,

já acostumados com os serviços públicos, principalmente no que diz respeito à saúde e educação, passaram a sofrer as conseqüências por estarem vivendo longe e enfrentando dificuldades para terem acesso ao posto de saúde ou até mesmo a escola para seus filhos darem continuidade aos estudos, tendo em vista a precariedade ou inexistência do transporte escolar que os municípios oferecem para a população que reside no meio rural.

No entanto, o espaço rural brasileiro ainda mantém muitas especificidades que já foram superadas em outros países. Se em algumas áreas mais próximas dos grandes centros o país já possui algumas características de um “novo rural”, que se assemelham ao chamado desenvolvimento rural, a grande parte do território considerado como espaço rural ainda mantém problemas relacionados à questão agrária (pois os conflitos de terras ainda não resolvidos são evidentes), e também os agrícolas. Não há por parte do Estado brasileiro controle de produção e de produtividade por produtos, um preço mínimo garantido na colheita, uma logística apropriada para garantir o armazenamento da safra, fazendo com que os produtores obriguem-se a comercializar seus produtos logo após a colheita a preços menores etc.

Neste contexto, a criação de projetos como as vilas rurais no estado do Paraná, criados para possibilitar a permanência do homem no meio rural e considerado por seus idealizadores como um modelo de reforma agrária, não cumpriu com seus objetivos. O projeto teria que ser mais amplo, tendo em vista a pouca quantidade de terra de cada lote (5.000 m²) e propiciado a criação de pequenas empresas ou indústrias no meio rural para garantir emprego para membros das famílias dos vileiros, possibilitando assim sua permanência no meio rural. Faltou também continuidade por parte do governo do Estado em relação à assistência técnica. Já os municípios, responsáveis pela manutenção das estradas de acesso e também pelas que ficam dentro das próprias vilas, não estão conseguindo deixar as mesmas em condições de uso, dificultando assim não só a permanência enquanto vileiros, mas também sua existência enquanto cidadãos no meio rural, pois, em alguns casos estão cerceados do direito de ir e vir, ficando sitiados em seu lote nos períodos de chuvas mais intensas.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço rural brasileiro vem passando por mudanças significativas ao longo dos tempos. Se o chamado Complexo Rural tinha nas formas de produção a presença do homem como principal fornecedor de mão-de-obra, com o Complexo Agroindustrial entra em cena as máquinas que revolucionaram o processo produtivo e conseqüentemente expulsou uma quantidade enorme de homens do espaço rural.

Apesar disso, aproximadamente 20% da população brasileira ainda insiste em permanecer no meio rural, fazendo deste seu local de moradia, mesmo tendo que buscar nas áreas urbanas o emprego perdido no campo.

Essa nova maneira de permanecer no campo sem, contudo, sofrer a expropriação do mesmo é cada vez mais desenvolvido em áreas próximas aos centros urbanos que oferecem uma infra-estrutura (meios de acesso e principalmente transporte coletivo) capaz de propiciarem o deslocamento diário para o trabalho.

Essa área de transição, franja urbana ou espaço periurbano são os locais onde melhor se desenvolvem essa junção do urbano com o rural, ou vice-versa, propiciando que as pessoas que aí vivem desfrutar o melhor dos dois mundos.

No caso das vilas rurais, a concepção de criação das mesmas visava atender um determinado público que outrora fora expulso do campo pelo processo de modernização da agricultura.

As vilas rurais construídas próximas às sedes municipais fazem com que as pessoas buscassem um emprego urbano e desta forma continuassem a viver no espaço rural, tendo em vista a quase não existência de empregos agrícolas no espaço rural.

Já no caso das construídas longe do perímetro urbano, as pessoas não conseguem obter trabalho nem na agricultura e tão pouco na cidade devido à dificuldade de deslocamento. Este fato faz com que “vendam” a vila, geralmente para pessoas aposentadas que buscam um local tranqüilo para viver, ou ainda para pessoas com um bom poder aquisitivo que as compram para possuírem um local onde possam passar os finais de semana.

O caso específico das vilas rurais implantado no estado do Paraná pode ser entendido como um modelo de projeto que, apesar de rurais no nome tem a essência urbana pois, para que ocorra a reprodução do grupo familiar todos os membros da família em idade de trabalho

precisam buscar emprego na maioria dos casos em atividades urbanas, deixando claro que no meio rural, somente a agricultura já não é capaz de suprir a demanda de mão-de-obra da pequena porcentagem de pessoas que lá residem, apesar da grande quantidade de terras, muitas das mesmas ainda ociosas, fato este que poderiam oferecer muitos postos de trabalhos no meio rural.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão, n 72**. Rio de janeiro: 2000. 31p.

ALENTEJANO, Paulo R. Pluriatividade: uma noção valida para a análise da realidade brasileira? IN: TEDESCO, João C. (Org) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, p. 147-173, 199.

CAIADO, Aurélio S.C.; SANTOS, Sarah M.M. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos sócio-espaciais. **São Paulo em Perspectiva**, 17 93-4), p. 115- 124, 2003.

CERVI, Emerson. Vilas Rurais não obtém alto-suficiência. **Folha de Londrina**, Londrina, p.15 – 16, 11 fev. 2001, Caderno Reportagem.

FERNANDES, B.M; PONTE, Karian Fukue de. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Terra Livre**, ano 018, n.19, São Paulo. p. 113-125, jul./dez.2002

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Vilas rurais**. Consultado na Internet. [http:// www. pr.gov.br](http://www.pr.gov.br) e [www. Seab.pr.gov.br/pr12](http://www.Seab.pr.gov.br/pr12) meses.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. 153p.

_____. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1. p.37-67, jan/abr.2002.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, 2 (3), p. 515-551, 1998.

_____. Pluriatividade na agricultura paulista. **Revista de Economia e sociologia Rural**, v.37. n 01.

OLIVEIRA, Jelson. A farsa das vilas rurais. **Revista Espaço Acadêmico**. Curitiba, ano II. Nº 17. Outubro, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriwaldo. **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

QUEVEDO NETO, Pedro de Souza; LOMBARDO, Magda A. Dinâmica e qualidade da paisagem na área de transição urbano-rural. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.31, n.2, p. 257-268, mai./ago.2006

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo K; MARQUES, Paulo E. (org) **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto alegre: editora da Universidade, 2004.

_____. Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. **II seminário sobre o novo rural brasileiro**. Campinas, p. 02-39, 2001.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma (org) **Uma nueva ruralidade em América Latina?** Buenos Aires, p.67-79, 2001.

TAVARES, Luis Ameida. **As fronteiras físicas do espaço rural: uma concepção normativo – demográfica**. Curitiba, n.7, p. 33-46, 2003. Editora UFPR.

VEIGA, José eli. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, 18 (51), p. 51-67, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazereth B. a ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org) **Uma nueva ruralidade em América Latina?** Buenos Aires, p.31-44, 2001.

Recebido para publicação em 09 de julho de 2007.

Aceito para publicação em 27 de agosto de 2007.